INTRODUÇÃO

O que é que faz girar o mundo? A resposta superficial é sempre o dinheiro ou, para os românticos, o amor. Mas, pondo de lado qualquer pedantismo acerca da seriedade e da ciência, a verdadeira resposta reside na ação das pessoas, tanto enquanto indivíduos como enquanto nações. Por outras palavras, a prática da política. Aquilo que decidimos, seja na América e na Europa abastadas ou naquilo que é conhecido como «Sul Global», tem consequências, seja para o bem ou para o mal. A pergunta a que este livro procura responder é qual o fator que, ao longo de toda a História, guia as relações entre os países e quais são as repercussões dos nossos atos.

A maneira como encaramos estes atos varia e nisso têm papel importante os preconceitos inerentes da cultura, religião, raça e história. A frase «o terrorista de um homem é o combatente da liberdade de outro» é ao mesmo tempo um ditado conhecido e uma verdade. Como os registos demonstram, são demasiadas as vezes que recorremos ao conflito em detrimento da conciliação. É um fracasso da política atual e da diplomacia que, em fevereiro de 2022, a Rússia tenha invadido a Ucrânia e desencadeado a guerra mais sangrenta da Europa desde a II Guerra Mundial. Em outubro de 2023, um ataque terrorista contra Israel representou um fracasso semelhante, levando Israel a reagir com o assalto mais brutal contra os palestinianos da Faixa de Gaza de que há registo na conturbada história do Médio Oriente.

A realidade, como os cientistas políticos muito bem sabem, é que estes fracassos constituem o padrão da História. O assassínio do arquiduque Francisco Fernando foi um fraco pretexto para a I Guerra Mundial, mas – como se demonstra no Capítulo 6 – os termos punitivos do subsequente Tratado de Paz de Versalhes deram mais tarde a Adolf Hitler uma desculpa para desencadear a II Guerra Mundial. Em geopolítica, parece que os dirigentes políticos conseguem com demasiada frequência ignorar aquilo que os seus sucessores argumentarão que era óbvio. Qual será o eventual julgamento acerca das tarifas comerciais que o presidente Donald Trump dos EUA impôs ao resto do mundo em 2025? A maioria dos académicos da área da Economia opõe-se a essas tarifas; mas a maioria dos cientistas políticos teme não tanto as tarifas em si mesmas, como as repercussões de uma guerra comercial que poderá seguir-se-lhes.

Mas, pelo menos, a humanidade começa de um modo geral com boas intenções. Quando um ano dá lugar a outro, o mundo assinala a meia-noite com deslumbrantes fogos-de-artifício, música vibrante e, tanto pelos políticos como pelos cidadãos comuns, com nobres compromissos para o futuro. Este ritual reconfortante é quase universal, assim como as próprias resoluções: paz, prosperidade, saúde e felicidade. O fogo-de-artifício que dispara, desde Pyongyang a Nova Iorque, pode refletir uma autopromoção gabarola, mas não devemos ridicularizar uma celebração que data da época da Babilónia, há mais de 4000 anos.[1]

Os pessimistas assinalarão, evidentemente, que a maioria das resoluções, oriundas da Babilónia ou não, tem uma vida dececionantemente curta: existem muitas guerras no mundo atual, são demasiadas as pessoas pobres ou doentes, e a felicidade é um conceito subjetivo (embora, ao que parece, ajude a viver nos países nórdicos).[2] Os otimistas replicarão que a esperança de vida aumentou em todo o mundo, que a ciência está

a fazer recuar as fronteiras da doença e que, mesmo num mundo com 8000 milhões de habitantes, as assustadoras advertências de Thomas Malthus estão há muito desacreditadas.[3]

O ponto em que pessimistas e otimistas estarão certamente de acordo é que as relações políticas entre os países são pelo menos tão importantes como a política interna de cada país. Como se explica no Capítulo 1, quando os países lidam uns com os outros, a geografia tem sido desde sempre um fator importante: daí falar-se em «geopolítica» (*geo* é a palavra grega para Terra ou território) mais do que simplesmente em relações internacionais. Isto aplica-se independentemente do sistema de governo de qualquer país, seja ele uma monarquia absoluta, como a Arábia Saudita, ou uma democracia parlamentar, como Singapura. Ambos os países dependem de um acesso marítimo vulnerável – aos estreitos de Ormuz ou Malaca – para as suas importações e exportações e ambos necessitam de aliados para proteger o seu acesso.

O Ocidente, um termo conveniente que inclui de facto países do Pacífico como o Japão e a Austrália, assumiu há muito que a democracia é o melhor sistema para governar um país. Ou, como afirmou Winston Churchill, «na verdade, tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo à exceção de todas as outras que têm sido experimentadas de vez em quando».[4] Ao entrarmos no século XXI, acreditava-se que o avanço da democracia era inexorável. Na verdade, como se demonstra no Capítulo 3, a maré democrática recuou nos anos recentes, com a República Popular da China em especial a oferecer um modelo diferente, em que a vontade das pessoas é englobada num regime autocrático. Ao mesmo tempo, o apoio popular ao ponto de vista de Churchill tem-se desgastado, mesmo em democracias consolidadas como a Grã-Bretanha e a América, face a uma preferência crescente por «dirigentes fortes», especialmente entre os jovens.

Evidentemente que pode ser simplista confundir essa preferência por líderes fortes com um crescente descontentamento com o processo democrático. A democracia norte-americana produziu presidentes fortes como John F. Kennedy e Franklin D. Roosevelt; a Grã-Bretanha produziu primeiros-ministros transformadores como Clement Attlee e Margaret Thatcher; a França elegeu o general Charles de Gaulle e François Mitterrand; a Alemanha teve Konrad Adenauer e Helmut Kohl. A dificuldade, como se evidencia no Capítulo 3, é sempre conciliar a bondade a longo prazo e a necessidade a curto prazo. Jean-Claude Juncker, que desempenhou as funções de primeiro-ministro do Luxemburgo e, depois, de presidente da Comissão da União Europeia, fez uma vez uma observação sarcástica que ficaria na memória: «Todos nós sabemos o que havemos de fazer. Só não sabemos como havemos de ser reeleitos depois de o termos feito.»[5]

Esta pressão eleitoral não se aplica a ditadores como Kim Jong Un, da Coreia do Norte, nem a regimes autoritários, como os da China ou da República Islâmica do Irão. No entanto, até os regimes autoritários organizam eleições – para depois proclamarem um apoio esmagador ao regime (as eleições para a Assembleia Popular Suprema na República Popular Democrática da Coreia, de Kim, vangloriam-se invariavelmente de obterem taxas de apoio superiores a 99 por cento). O que falta nas autocracias são as outras caraterísticas que definem as democracias: liberdade de reunião, imprensa livre e um poder judicial independente.

Pode ser tentador dividir o mundo geopolítico em democracias, com toda a sua mistura de vozes discordantes, e regimes autoritários, que podem impor as suas políticas, supostamente para o maior benefício de todos a longo prazo. Mas a divisão é pouco clara. O então presidente dos Estados Unidos Joe Biden organizou em 2021 uma Cimeira para a Democracia «para

renovar a democracia no país e confrontar as autocracias no estrangeiro», mas a lista de convidados incluía vários países – por exemplo, Angola, Iraque, Malásia, Paquistão, Quénia, República Democrática do Congo, Sérvia e Zâmbia – cujas pretensões democráticas não eram inteiramente convincentes.[6] A realidade, claro, é que os convidados foram escolhidos tendo por base aquilo que melhor conviria aos interesses geopolíticos norte-americanos. Daí o convite ao presidente filipino Rodrigo Duterte, um «líder forte» cuja guerra contra as drogas resultou em milhares de assassínios nas Filipinas e, como tal, em acusações de crimes contra a humanidade feitas pelo Tribunal Penal Internacional.

Mas, seja qual for o seu sistema de governo, todas as nações se debatem com as forças da mudança demográfica, da pressão económica, da identidade e da ideologia. A questão poderá então residir em qual será o impacto de um dirigente isolado. Uma escola de pensamento advoga que uma crise produz necessariamente um dirigente capaz de lidar com ela; o ponto de vista alternativo considera que um líder emerge quase por vontade própria para resolver a crise. As duas perspetivas não se excluem mutuamente, mas teria a Grã-Bretanha enfrentado a Alemanha nazi sem a liderança de Churchill? Teria a França recuperado o respeito por si mesma sem a obstinação de um orgulhoso Charles de Gaulle? No Capítulo 6 cita-se o filósofo escocês do século XIX Thomas Carlyle: «A história do mundo não é mais do que a história dos grandes homens.»[7] É duvidoso que os futuros historiadores coloquem Donald Trump na mesma categoria que Alexandre, *o Grande*, ou Nelson Mandela, mas não há qualquer dúvida de que a sua liderança da superpotência mundial dominante abalou – e poderá minar fatalmente – a estrutura geopolítica estabelecida após a II Guerra Mundial.

Estarão as regras a mudar?

Para os leitores deste livro, essa estrutura tem sido o pano de fundo da nossa vida. Os horrores das duas guerras mundiais do século xx apenas são conhecidos através das lentes de Hollywood ou do testamento dos cada vez menos sobreviventes. Privada da experiência direta, grande parte do mundo está alegremente convencida de que uma tal história não se repetirá. Afinal, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética não se tornou uma guerra quente e as Nações Unidas são apenas uma das muitas instituições multilaterais que sustentam a convicção coletiva de que o mundo é – e devia ser – governado de acordo com valores consensuais e não sob os mandamentos dos poderosos.

Mas justificar-se-á esta convicção? Este livro deixa bem claro que a «ordem internacional assente em regras» prevalecente nas últimas oito décadas está ameaçada e uma razão é a de essas regras refletirem os valores (e certamente os interesses) dos vencedores da II Guerra Mundial. Como se sublinha no Capítulo 2, qualquer um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU pode vetar as propostas dos outros 188 membros. Isto quando a Carta das Nações Unidas afirma no seu Artigo 2: «A Organização baseia-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.» A verdade, como muito bem observou o historiador grego Tucídides há mais de dois milénios, é que «os fortes fazem o que podem e os fracos aguentam o que devem».

Tem sido sempre assim. O que varia é a identidade dos fortes. Cada nação pode muito bem valorizar a sua soberania, mas o conceito de nação é assinalavelmente recente. Os historiadores poderão remontar à Paz de Vestefália, no século xvii, que pôs termo a décadas de conflito dinástico e religioso na Europa do Sacro Império Romano. Mas mesmo assim foram

necessários mais dois séculos para que a Alemanha e a Itália emergissem na sua forma atual.

A realidade geopolítica é que o poder sempre foi exercido por impérios. Nos séculos XVIII e XIX, *Rule Britannia*, uma canção patriótica que para muitos britânicos continua a ser quase um hino nacional, afirmava que a Grã-Bretanha «governa os mares», o que era verdade dado o domínio da *Royal Navy*. Mas o domínio dos oceanos de todo o mundo também conduziu ao domínio de território e, assim, a um império onde «o sol nunca se punha». No século XX, o poder da Grã-Bretanha desvaneceu-se. No seu lugar, surgiu o poder irresistível – económico, militar e tecnológico – da América.

Mas estará a supremacia da América destinada a vacilar perante uma China em ascensão? Como observou Ibn Khaldun, um filósofo da atual Tunísia, no século XIV, os impérios erguem-se, mas caem inevitavelmente.[8] Os defensores da teoria cíclica da História, como o alemão Oswald Spengler, comparam uma civilização com um corpo humano: da infância à idade adulta e da maturidade à senilidade. No seu auge, uma civilização é económica e culturalmente forte – mas integra já o gosto pelo luxo e pela preguiça que será a causa da sua queda e, como tal, da sua substituição por outro candidato, mais vigoroso, ao poder.

Isto foi verdade no caso do Império Acádio, na Mesopotâmia, há quase cinco milénios e o padrão repetiu-se em todos os impérios posteriores. Então por que haveria um império americano ou chinês de ser diferente? Ou, ainda mais, o que é que impede as tensões sino-americanas de degenerarem em guerra? Quando as potências em ascensão desafiam as potências já estabelecidas, o resultado pode ser a guerra – como salienta Tucídides na sua história sobre a Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta. Pelo contrário, quando os Estados Unidos suplantaram a Grã-Bretanha como superpotência mundial,

afortunadamente mantiveram-se como amigos. Mas, atendendo a que se trata aqui de uma exceção ao hábito histórico, Graham Allison, da Universidade de Harvard, acredita que os EUA e a China podem muito bem cair naquilo que ele designa como a armadilha de Tucídides.

Isso seria não apenas uma tragédia sino-americana, mas também uma tragédia global. Pode parecer alarmista destacar que tanto a América como a China possuem armas nucleares – tal como, na mesma região do Pacífico, a Rússia e a Coreia do Norte – e que na guerra dão-se acidentes. Igualmente alarmantes para todo o mundo seriam as implicações para o comércio global, o investimento e o emprego se as duas maiores economias mundiais ficassem presas nessa armadilha de Tucídides. Afinal, enquanto a América conta com uma rede de alianças militares por todo o mundo, a China é o principal parceiro comercial de dois terços das nações mundiais.

Adaptar-se ou morrer?

A finalidade deste livro é informar, mais do que dar instruções; os leitores não encontrarão qualquer apelo no sentido de favorecer um país ou sistema político em detrimento de outro (embora possam muito bem detetar uma aversão pelo fascismo e pela ditadura). Trata-se de um guia, mais do que de uma polémica (embora os termos isolados incluídos no ABC da Geopolítica que compõe a Parte 2 possa provocar debates inteligentes).

O facto é que a geopolítica impele sempre tanto os fortes como os fracos a adaptarem-se às circunstâncias em mudança. O desafio em séculos anteriores foi com frequência a adaptação às novas formas de guerra; no futuro incluirá claramente o alastramento da inteligência artificial. Mas haverá desafios que

estão além da nossa capacidade de previsão. Donald Rumsfeld, um controverso secretário da Defesa dos EUA que foi crucial na instigação da invasão do Iraque em 2003, tinha dito um ano antes da invasão:

> As notícias que dizem que algo não aconteceu são sempre interessantes para mim, porque, como sabemos, há conhecimentos que são conhecidos; há coisas que nós sabemos que sabemos. Também sabemos que há desconhecimentos conhecidos; isto quer dizer que há coisas que sabemos que não sabemos. Mas há também os desconhecimentos desconhecidos – coisas que não sabemos que não sabemos. Se percorrermos a história do nosso país e de outras nações livres, é esta última categoria que tende a ser a mais difícil.[9]

Entretanto, como se descreve no Capítulo 4, as nações, grandes e pequenas, têm de lidar com o impacto nos anos mais recentes dos «atores não estatais», tais como o Estado Islâmico ou os cartéis da droga da América Latina. São, em definitivo, os «conhecimentos conhecidos», para utilizar a linguagem de Rumsfeld.

O mesmo acontece com o «poder suave» (*soft power*, também designado por poder brando ou poder de atração) descrito no Capítulo 5. É difícil dizer em que medida serão efetivos como arma política aspetos como a língua, a música ou a educação. Mas é evidente que usar a sua influência custa de longe menos do que investir no poder duro da força militar, razão pela qual os ataques de Donald Trump contra Harvard e outras prestigiadas universidades americanas parecem tão despropositados. Afinal, tem sido o poder suave da América que, ao longo de gerações, tem atraído para as suas terras talentos de todo o mundo. Sem dúvida, as chamadas potências médias mundiais – como a Grã-Bretanha, a França e a Austrália – veem

no investimento no poder suave uma maneira sensata de coexistir com os competidores maiores.

Mas será que o poder suave ajudará os governos nacionais a gerir os desafios internacionais como a migração ou as mudanças climáticas? Até certo ponto, esperamos nós. Mas, no final, as cartas pertencem aos que possuem o poder duro.

A história da geopolítica é quase darwiniana: os países e culturas sobrevivem e prosperam por serem adaptáveis. Isso devia dar-nos esperança, uma vez que a sobrevivência é obviamente melhor do que a alternativa. Como dizia o jogador de basebol Yogi Berra com tanta eloquência, «o futuro já não é o que era». Mas, em certo sentido, é: como se argumenta nos capítulos deste livro, a mensagem da História que nos põe a pensar é que, em geopolítica, «a força faz o direito» e assim continuará a ser. Como sabemos todos muito bem, no mundo de hoje há mais morte, destruição e doenças do que qualquer pessoa civilizada pode aceitar de bom grado. Mas tenho também a esperança de que uma compreensão das forças geopolíticas do passado e do presente possa, pelo menos, ajudar-nos a propor um futuro melhor.